

Municípios brasileiros ainda sofrem com ausência de serviços eletrônicos

Apesar do aumento significativo registrado nos últimos anos no Brasil em relação à posse e ao uso das tecnologias de informação e da comunicação (TICs), a maioria dos governos municipais brasileiros ainda se mantém distante dessa realidade. Pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) realizada no primeiro semestre de 2008 revelou que mais de 50% dos municípios não possuem *site* próprio (e não oferecem serviços) na internet.



Essa realidade contrasta com dados da pesquisa TIC Domicílios 2007, divulgada no primeiro semestre de 2008, que mostram um aumento tanto no número de domicílios que possuem computadores (4% em relação a 2006 e 7% em relação a 2005) como também um crescimento daqueles com acesso à internet (de 3% em relação a 2006 e de 4% em relação a 2005). Além disso, o número de pessoas que já acessaram a internet também aumentou 7% em relação a 2006. Mesmo com esse contexto favorável, mais da metade dos municípios brasileiros segue sem *site* próprio, o que segundo a pesquisa da Firjan dificulta o processo de desburocratização eletrônica no país.

Os serviços oferecidos pelos governos municipais via internet são importantes tanto para a população em geral como para as empresas que trabalham com as administrações, afirma a professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Maria Alexandra Cunha. "Para o cidadão, isso significa economia de tempo, dinheiro, o fim do transtorno das filas e a inexistência de necessidade de deslocamentos. Além disso, o cidadão passa a ter um atendimento padrão. De modo geral, o poder público deve facilitar a vida de todos, porque é mais democrático. Para as empresas que trabalham com governos, o atendimento on-line representa redução da burocracia e custos menores no relacionamento com o poder público. Para o governo significa desburocratização, melhor atendimento, economia e maior monitoramento e controle das empresas".

A importância da contabilidade no cotidiano

Uma das principais propostas do livro *Contabilidade Geral* é conscientizar leigos e profissionais de áreas distintas do conhecimento sobre a importância da contabilidade para a vida pessoal. Os autores esperam que os leitores

entendam a expressão "débito e crédito" e raciocinem em termos de "aplicações e origens dos recursos".



EDITORIAL

Controladoria Geral, 15 anos

Lino Martins da Silva

Ao pensar nos 15 anos da Controladoria Geral do Município fiquei refletindo sobre o processo de criação, implantação e de consolidação da área de controle na Prefeitura do Rio de Janeiro. Recordei o tempo da Secretaria de Estado de Fazenda quando, em 1975, recebi a incumbência de realizar a fusão das contabilidades do antigo estado do Rio de Janeiro com o do estado da Guanabara e, simultaneamente, fazer a cisão do patrimônio deste último para formar o recém-criado município da Cidade do Rio de Janeiro. Mal sabia eu que, alguns anos mais tarde, seria designado para a implantação da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro que neste dezembro de 2008 comemora 15 anos de existência.

Já naquela época tinha um sonho: o de transformar o sistema de controle na administração pública como atividade estratégica e permanente, livre da influência dos ciclos políticos nos quais os tomadores de decisão preocupam-se em demonstrar a sua competência administrativa no curto prazo (com vistas à sua sobrevivência no campo em que atuam), mas deixam de lado a evidenciação do patrimônio público de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Em que pesem algumas opiniões contrárias, o modelo implantado na Prefeitura do Rio em 1993 está em harmonia com as melhores práticas de controle e de auditoria modernas, que abandonaram o exame da conformidade das transações para atuar na análise de riscos das decisões. A partir deste enfoque foram editados diversos atos equacionando e racionalizando a gestão municipal e dando início ao plano de austeridade dos gastos correntes. Obteve-se assim o melhor uso dos recursos disponíveis e quebraram-se paradigmas ultrapassados do setor público - tradicionalmente submetido a uma indisciplina orçamentária na qual os gestores preferem ampliar gastos de custeio que, uma vez iniciados, vislumbram um comprometimento compulsório das receitas em orçamentos futuros.

A idéia de uma Controladoria não deve ser confundida, como desejam alguns, com a de "órgão fiscalizador". Ao contrário: deve agir como agente intermediário na desobstrução dos canais burocráticos que porventura existam entre os desejos políticos expressos nas metas incluídas nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e a sua efetiva execução por meio de ações da organização municipal.

Para a implantação da Controladoria foi necessário encontrar modos de atuação adaptados às exigências de um mundo organizacional em mudança. Um exemplo foi a retirada do sistema de controle da área de influência da Secretaria Municipal de Fazenda, ao conferir-lhe status de Secretaria diretamente ligada ao titular do poder Executivo, com a extinção das inspetorias setoriais de finanças, substituídas pelas gerências setoriais de contabilidade e auditoria. Estas, porém, foram desvirtuadas pelos titulares das Secretarias ao longo do tempo, face à carência de uma boa assessoria técnica e não de um setor de controle, percebido mais como fiscalizador do que agente essencial para a prática da boa gestão administrativa e financeira.

Este é um trecho da história destes 15 anos. Como o tempo, a vida não pára. Vamos adquirindo experiência e maturidade ao assistir o grande espetáculo que é a realização dos nossos sonhos e objetivos. Aprendemos muitas coisas. Alguns sonhos de criança se vão e outros sonhos adultos se formam, mas durante esse percurso existem momentos que jamais serão esquecidos. Completar 15 anos é com certeza

um deles. Uma felicidade imensa chega junto com data tão especial, pois acreditamos que somos capazes de fazer tudo aquilo que o nosso coração deseja.

Ao avaliar esses 15 anos da nossa Controladoria encarar-os de maneira positiva e repletos de muito trabalho. Se fizermos um balanço acredito que todos nós apuramos, nas contas do "ativo", agradáveis momentos em que fortalecemos velhas amizades e angariamos novos amigos. Esses são pontos valiosos, dentre outros ativos intangíveis que amealhamos ao longo dessa jornada. Mas sabemos que também precisamos contabilizar o "passivo", entre os quais alguns aborrecimentos e outras frustrações diante de projetos e problemas não resolvidos que podemos considerar nossos "resultados pendentes", assim como um rol de preocupações, com noites mal dormidas, acumulando insônia e cansaço e algumas incompreensões que o bom senso nos manda logo estornar.

Importa aqui registrar o prazer e a satisfação de trabalharmos unidos nesta jornada de 15 anos interrompida de minha parte por curto período de tempo, entre 1997 e 2000. Nesse período pude constatar a qualidade técnica da equipe de contadores, técnicos de controle interno, técnicos de contabilidade e, mais recentemente, dos auxiliares de controladoria, além dos demais funcionários das atividades de apoio administrativo. Tenho certeza de que muitos outros anos virão e serão comemorados com uma ponta de nostalgia quando vocês olharem para o passado, mas com um rasgo de esperança quando olharem para o futuro, pois a criação de Controladorias no setor público constitui prática bem sucedida onde foram implantadas. Para terminar vale lembrar uma frase de San Tiago Dantas, indicativa da postura a ser adotada por servidores públicos ligados a carreiras permanentes, principalmente os da área de controle: "É inadmissível que o ter leve ao poder; e absolutamente inaceitável que o poder leve ao ter".

Municípios brasileiros ainda sofrem com ausência de serviços eletrônicos

Os resultados da pesquisa sobre governo eletrônico em municípios realizada pela Firjan representam o primeiro mapeamento sobre governo eletrônico municipal no Brasil: durou quatro meses e pesquisou todas as 5.564 prefeituras do país. Segundo Flávia Costa, que coordenou o trabalho, "a pesquisa tem importância fundamental para auxiliar os municípios a identificar sua posição em relação ao avanço na prestação eletrônica de serviços no país e, acima de tudo, incentivar a evolução do processo de desburocratização". Desde 2000 a Firjan tem feito vários estudos sobre o tema 'desburocratização eletrônica'. Com base nos resultados, implementa ações voltadas para o estimular o desenvolvimento nessa área. "A Firjan tem forte atuação no combate à burocracia e acredita que o governo eletrônico se traduz em uma ferramenta muito eficaz para simplificar processos administrativos, assim como para eliminar formalidades ou exigências puramente burocráticas que servem apenas para onerar cidadãos, empresas e os cofres públicos", acrescenta Flávia.

Na pesquisa foi constatado que 54% das prefeituras municipais não mantinham sites. "A expansão do e-gov depende da percepção dos gestores públicos quanto aos benefícios que ele pode trazer principalmente no que diz respeito à transparência e à maior eficiência na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas", diz Flávia. Além disso, ela acredita que existe uma falta de percepção quanto aos benefícios do governo eletrônico para a economia e para o bem-estar da população.

A pesquisadora Maria Alexandra Cunha acredita que esse percentual evidencia que falta às prefeituras, especialmente aquelas de municípios menores, identificar os benefícios que a internet pode trazer. "Há prefeituras pequenas que ainda não descobriram a importância do uso da internet para a própria administração e para a população. Algumas são tão pequenas que não investem nos recursos necessários porque julgam que sejam caros - ainda que sejam simples, como conexão de banda larga, computadores e uma ou duas pessoas com conhecimento em informática para a implantação de soluções".

A falta de mão-de-obra especializada tem sido usada como argumento que justifica um empecilho na construção de novos sites, como informa Flávio Sampaio, que também coordenou a pesquisa da Firjan. "Quando iniciamos o processo de construção dos sites das prefeituras fluminenses em 2007, uma iniciativa destinada a promover o e-gov no estado do Rio, observamos que muitas vezes o processo de reunir informações para publicar no site e a atualização constante dessas informações mostrou-se complexo para algumas prefeituras, pela falta de profissionais para atuar nessas áreas. Este é, portanto, um obstáculo à construção de novos sites".

Análises

Dos municípios que possuíam portais próprios no primeiro semestre de 2008, 41.6% não ofereciam as informações ou serviços analisados na pesquisa. Prestação de contas, pregão eletrônico, balcão de empregos, emissão de alvarás e matrícula on-line nas escolas públicas do município foram encontrados somente no site da prefeitura de Petrópolis. Em segundo lugar, ficou a prefeitura do município paulista de São José dos Campos, com quatro dos serviços analisados, seguida por outros 24 municípios que ofereceram três serviços cada um. Esses cinco serviços foram escolhidos como essenciais porque, de acordo com Flávio Sampaio, são os que podem trazer benefícios para cidadãos e empresas, além de aumentar a transparência das administrações municipais. "A matrícula on-line, por exemplo, beneficia os cidadãos, assim como a solicitação do alvará de funcionamento beneficia as empresas. Já o balcão de empregos atende os dois públicos. O pregão eletrônico, além de beneficiar as empresas, gera economia para a prefeitura e aumenta a transparência, o que é o caso da publicação das contas públicas".

Para os municípios que possuem sites, o caminho para oferecer um serviço satisfatório é longo. A grande maioria dos sites municipais ainda está longe de ter a versão ideal de portal de serviços. A professora Maria Alexandra acredita que as administrações municipais entraram tardiamente no processo, se comparadas com as esferas estaduais e federais, ou seja: a implantação do governo eletrônico nos municípios está ainda em andamento. As prefeituras começaram por aquilo que as afetava de imediato, oferecendo serviços relativos a IPTU e ISS, mas ainda precisam investir em serviços voltados para as áreas de educação, saúde e trabalho. Para prestar serviço de qualidade aos seus cidadãos, um município deve atentar principalmente para o planejamento e para a manutenção desses serviços. Para aqueles ainda não possuem sites, é importante que sejam identificadas as prioridades de cada governo e determinar a forma de alinhar investimentos e ações de tecnologia a essas prioridades. Naquelas que já possuem portais deve ser feito um monitoramento da qualidade do serviço prestado, completa a professora da PUC-PR.

Exemplos

Nesse contexto nem tão favorável, alguns sites municipais se destacam ao mostrar um aprimoramento significativo na prestação de serviços. É o caso do portal do município de São Paulo, que se destaca pela quantidade de serviços oferecidos, e do portal da cidade de Belo Horizonte. Neste último, vale destacar o orçamento participativo digital feito em 2006, que permitiu aos habitantes da capital mineira opinar sobre quais eram as obras que consideravam prioritárias na época. Como diz Maria Alexandra, "essa é uma das possibilidades da democracia eletrônica".

Para o gerente de comunicação eletrônica da Prefeitura de Belo Horizonte, Carlos Plácido Teixeira, o orçamento participativo digital terá uma segunda edição em 2008. A prefeitura planeja, inclusive, oferecer ao cidadão a alternativa de participar também via celular: "ao mesmo tempo, a população vai participar da definição do futuro do mercado distrital de Santa Tereza, um espaço em decadência mas com importância histórica para o bairro. Três projetos serão submetidos à avaliação popular".

Municípios brasileiros ainda sofrem com ausência de serviços eletrônicos

Além dessa forma de participação popular, o portal de Belo Horizonte também usa como ferramenta o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), oferecida como alternativa para solicitação e acompanhamento de serviços, e um canal de comunicação direta, o Fale Conosco. "Hoje temos 30 mil acessos por dia no portal e respondemos, em média, 170 mensagens por dia. Cerca de 50% dessas mensagens são solicitações de informações, ou seja: o portal tem um papel importante no encaminhamento das demandas. As críticas não passam de 20% do total", comemora Carlos Teixeira. A utilização dos serviços de finanças também é outra área evoluída no portal, amplamente usadas pelas empresas. Hoje, todo o processo de declaração de serviços para a contabilização do ISS é feito pela internet. Uma das metas da prefeitura de Belo Horizonte é ampliar a prestação de todos os serviços. Uma delas é lançar até o início de 2009 a Nota Fiscal Eletrônica.

O e-gov, ou governo eletrônico, tem sentido mais amplo para muitos pesquisadores e especialistas da área. A aplicação desse termo no Brasil se deu no final da década de 90, quando surgiu o portal do governo eletrônico federal, considerado o primeiro projeto pioneiro no país. Muitos consideram o governo eletrônico como mais uma prestação de serviços ao cidadão via internet. "E-gov é o uso das tecnologias de informação e comunicação adaptadas às práticas governamentais. Não se trata apenas da utilização do site, mas também do celular, da TV digital. Os *sites* municipais apresentam o e-serviço, que é uma parte do egov", esclarece a professora Maria Alexandra Cunha.

Segundo Peter Knight, economista e presidente da empresa Telemática e Desenvolvimento, que presta serviço de consultoria nas áreas de ensino e governo eletrônicos, o governo eletrônico pode ser classificado em três faixas: G2G, que envolve o uso das TICs, especialmente a internet, pelos governos (inclusive entre o governo e seus funcionários e entre governos no mesmo ou em diferentes instâncias da federação); o G2B, que é o uso desses recursos entre governos e empresas; e o G2C, de comunicação entre governos e cidadãos via portais, mensagens e, indiretamente, via centros de atendimento. Alguns exemplos são o Poupatempo (do estado de São Paulo) e o Vapt-vupt (do estado de Goiás).

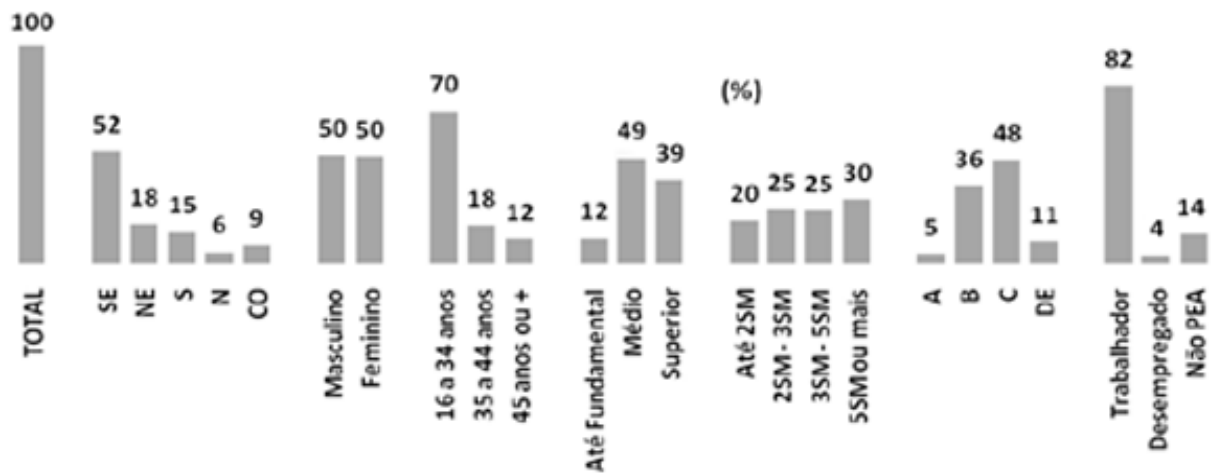
No sentido mais abrangente do significado de governo eletrônico Maria Alexandra Cunha cita um serviço da prefeitura de Curitiba como um exemplo interessante: está disponível na internet e por meio de linha telefônica, o que comprova a tese de que e-gov vai além da manutenção de sites. A central 156 foi criada em 1984 e trata-se de um Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) desenvolvido e gerenciado pelo Instituto Curitiba de Informática. A central funciona 24 horas e os cidadãos podem ser atendidos por meio do telefone 156, da internet (www.central156.org.br) e também via chat. Para a prefeitura de Curitiba, o Sistema é o principal canal de comunicação com o governo municipal, considerado como ferramenta indispensável dos gestores públicos para melhor administrar e buscar permanentemente a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

E-gov

A importância de tratar o e-gov como algo mais abrangente, de acordo com a professora da PUC-PR, se deve ao fato de que alguns serviços não podem ser prestados exclusivamente por meio de sites, entre os quais aqueles relacionados à saúde e à educação. "Quando as pessoas vão a um posto de saúde, são encaminhadas a um especialista. Em geral, essa consulta é marcada com um espaço de tempo muito grande. Muitas vezes, elas próprias acabam esquecendo e não vão às consultas. Mas elas poderiam ser lembradas do compromisso no dia anterior, com o envio de um torpedo pelo celular (SMS), um meio de comunicação de grande acessibilidade para toda a população e mais barato para o governo. Acredito que um torpedo é mais econômico que uma consulta não realizada".

A pesquisa TIC Domicílios 2007 aponta que uma grande parcela da população prefere o contato pessoal ao uso do serviço eletrônico, ainda que essa percepção esteja reduzindo: em 2006, 56% das pessoas preferiam o contato pessoal, mas em 2007 esse número caiu para 49%. Isso demonstra que, apesar de o brasileiro preferir o contato pessoal, o padrão está mudando. O importante neste momento é garantir que o governo eletrônico preste serviços de qualidade em qualquer canal e não apenas via Internet, permitindo que o cidadão escolha o que for melhor para ele.

Mesmo com todos os avanços e casos de sucesso, especialistas consideram que as perspectivas para os serviços eletrônicos prestados pelos municípios não é uma questão simples. Apesar de as administrações municipais estarem cada vez mais cientes da importância de uma boa prestação de serviços com o uso da tecnologia, muitas têm dificuldade de ampliar esse serviço. A mudança da cultura e dos processos dentro da administração também contribui para que mudanças nessa área sejam mais difíceis. Alguns acreditam que a tendência é melhorar, mas ainda muito aquém do que seria possível se o governo eletrônico fosse efetivamente uma prioridade nos níveis federal, estaduais e municipais.



Base 2007: 3.655 entrevistados com 16 anos ou mais que usaram governo eletrônico nos últimos doze meses.

ESTANTE

Uma maneira prazerosa de ensinar a contabilidade



Contabilidade Geral

Natan Szuster et al.
São Paulo: Atlas, 2007
394 p.

O livro *Contabilidade Geral* nasceu de uma série de reuniões familiares em que os autores - o professor Natan Szuster, sua mulher Fortunée, seu genro e também professor Ricardo Lopes Cardoso e suas filhas Fernanda e Flávia - debatiam como seria possível tornar o ensino da contabilidade interessante e motivador. Assim, a proposta do livro é despertar tanto nos alunos de Ciências Contábeis como para a parcela do público que se interessa pelo assunto a consciência do quanto é importante o conhecimento da contabilidade para a vida profissional e privada.

Os autores defendem que a contabilidade representa um conhecimento fundamental para qualquer pessoa. Por isso, o seu ensino deveria ser amplamente generalizado, baseado em metodologia acessível, de forma a tornar o ensino da disciplina interessante inclusive para alunos de outras áreas. Se isso acontecer, os autores acreditam que muitos iriam inclusive optar por estudar a contabilidade pela utilidade e beleza da disciplina.

O volume parte da experiência de Natan Szuster acumulada em 30 anos como professor de contabilidade. Sob esse aspecto foi fundamental a contribuição do professor Eliseu Martins, que apresentou o método de sempre procurar resolver os assuntos mais complexos por meio de exemplos simples. Esta abordagem tanto estimula e enriquece a capacidade analítica dos alunos quanto propicia segurança às conclusões, além de tornar os assuntos contábeis inteligíveis, com exemplos concretos e passíveis de serem vivenciados pelos alunos.

Contabilidade Geral está dividido em dez capítulos que os autores julgam compor os pontos básicos a

serem estudados para adquirir uma base fundamentada. Os capítulos estão organizados de tal forma que apresentam conceitos teóricos, exemplos, aspectos legais e normativos, exercícios de fixação, resumos, mapa de aprendizagem e exercícios de verificação.

No primeiro capítulo, intitulado noções básicas, são considerados temas como o mundo, o objetivo, as limitações da contabilidade e os usuários da informação contábil. Os outros capítulos tratam do ciclo contábil; da estrutura conceitual básica da contabilidade; do balanço patrimonial; da apuração do resultado; de operações com mercadorias; de vendas a prazo, operações financeiras, receitas e despesas antecipadas; dos aspectos fundamentais do imobilizado; da demonstração do fluxo de caixa e do valor adicionado.

O capítulo que encerra o livro traz análises das demonstrações contábeis. Ainda que o objetivo principal do livro não seja discutir especificidades ou detalhes da legislação tributária ou da contabilidade fiscal, ao longo do texto são feitos diversos comentários sobre o assunto, todos apresentados de maneira destacada, e de maneira mais detalhada no apêndice do Capítulo 6. Como informação complementar, são utilizadas as demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) que conseguem explicar de modo inequívoco a relação entre a teoria e a prática no campo das Ciências Contábeis.

A rotatividade de firmas de auditoria volta ao centro das discussões

Um estudo com a avaliação da rotatividade dos auditores independentes, encomendado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ao Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mostra que a adoção do rodízio de firmas de auditoria pelas empresas de capital aberto é reconhecida como iniciativa que resultou em benefícios concretos nos últimos anos. O Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) também fez um levantamento sobre os efeitos desse mecanismo, mas ao contrário da PUC-Rio, chegou a resultados diferentes.



De acordo com o trabalho da universidade carioca, que usou como base dados de cinco mil empresas financeiras entre os anos de 1999 a 2006, a troca de auditor por meio do rodízio aumentou em 39% a chance de haver ressalvas de auditorias em balanço: estas passaram de 17,3% para 24,1% no período. Além disso, a pesquisa também revelou que, com o sistema de rodízio, houve um aumento de 6% na divulgação de contas facultativas. Esses resultados sugerem que houve aumento no rigor da análise de contas das empresas. "Os números indicam que o rodízio tem impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o processo de auditoria para as empresas listadas. Como auditoria é insumo para uma série de mecanismos de governança, os resultados sugerem que o rodízio aumenta a efetividade desses mecanismos", afirma o relatório.

No trabalho Ibracon foi constatado, ao contrário do que avaliou a PUC-Rio, que o número de pareceres com ressalvas diminuiu. O trabalho do Instituto de Auditores Independentes do Brasil, constituído pela leitura de todos os pareceres emitidos com ressalvas antes do rodízio comparados com a versão correspondente após o rodízio, avaliou 444 balanços de companhias que tiveram troca de auditores entre 2003 e 2004 e apontou que só 20% deles apresentaram ressalvas. Segundo a diretora de assuntos técnicos

do Instituto, Ana Maria Elorrieta, o Ibracon não concorda com os resultados do estudo da PUC-Rio por considerá-lo incompleto: "o trabalho da PUC fez uma análise que se limitou a aspectos quantitativos. Apesar de não ser uma pesquisa científica, o nosso levantamento contemplou aspectos quantitativos e qualitativos", justifica. Mas para a Superintendência de Normas Contábeis da CVM o estudo encomendado à PUC-Rio trouxe evidências da efetividade da qualidade das demonstrações financeiras mostrando o benefício do sistema do rodízio de auditores, "dada a metodologia utilizada pelos pesquisadores que conseguiram mensurar benefícios decorrentes da norma".

O rodízio foi instituído pela CVM em 1999 por meio da Instrução 308, que obrigou as companhias a fazer a cada cinco anos o revezamento nos serviços de auditoria independentes. A medida foi tomada para evitar que o relacionamento prolongado entre o auditor e a entidade auditada pudesse contribuir para a redução da objetividade e da independência na execução dos trabalhos. As sanções previstas para quem descumprir a regra vão desde uma advertência até a proibição de atuar profissionalmente no campo da auditoria independente por um período de até 20 anos.

Em relação aos custos decorrentes do rodízio compulsório os pesquisadores obtiveram como resposta de participantes do mercado a constatação de que o rodízio resultou em custos relevantes não quantificáveis, denominados como "custo de energia executiva". Este custo, segundo a CVM, pode ser traduzido no tempo usado pela entidade auditada para atender os auditores independentes a cada troca efetuada, além de supostos desestímulos a investimento em treinamento e especialização em segmentos do mercado por parte dos profissionais das firmas de auditoria, considerando a curva de aprendizado do auditor sobre a entidade auditada.

A rotatividade de firmas de auditoria volta ao centro das discussões

A partir dos resultados apresentados, a CVM destaca a importância do monitoramento dos auditores. "A leitura que se faz do estudo é que deve haver um monitoramento do trabalho dos auditores independentes, com o fito de promover a independência, efetividade e qualidade do trabalho desses profissionais, o que tem repercussão no fortalecimento dos mecanismos de governança corporativa e, em última análise, conferindo mais credibilidade ao mercado de capitais brasileiro". A Comissão considera, porém, que essa é uma discussão mais abrangente que ainda não foi esgotada.

O estudo da PUC-Rio também foi comentado pelo presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Antonio Castro. Ele entende que o estudo chega a quatro constatações consideradas como as mais significativas: "a elevação da incidência de ressalvas, de 17% para 24%, nas demonstrações apresentadas com novo auditor em relação às demonstrações em que não houve troca de auditor; a acentuação da tendência de redução do ativo entre as demonstrações contábeis imediatamente anteriores à troca de auditor e as primeiras demonstrações apresentadas com o novo auditor, com intensidade média de dois pontos percentuais superiores à variação entre demonstrações sem troca de auditor; a redução da conta de crédito entre as demonstrações imediatamente anteriores à troca de auditor e as primeiras demonstrações apresentadas com novo auditor, com intensidade média superior à variação entre demonstrações sem troca de auditor; e o aumento do número de linhas das demonstrações financeiras padronizadas, que indicam maior grau de detalhamento das demonstrações".

Antonio Castro destaca, no entanto, que não há como verificar se esses resultados são fruto do rodízio ou de outros fatores ocorridos simultaneamente. Um deles, por exemplo, foi a adequação de algumas empresas detentoras de programas de ADR (*American Depositary Receipts* - ações de empresas não sediadas nos Estados Unidos) à lei americana Sarbanes-Oxley, que impulsionou a adoção de princípios de governança corporativa focada na qualidade das auditorias. Para testar essa hipótese, a Abrasca encomendou uma nova pesquisa à Fundação Getúlio Vargas, que ainda está em produção, e cujo objetivo é aprofundar em termos qualitativos a pesquisa realizada pela PUC-Rio. A metodologia escolhida foi a seleção das demonstrações das companhias, antes e depois do rodízio, da mesma forma como foi definida para o estudo da PUC.

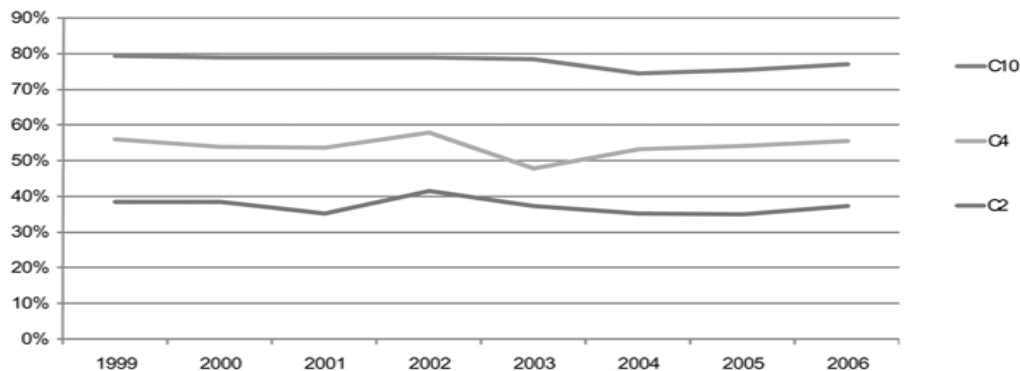
Mudança de regras

Em 11 de setembro de 2008 a CVM editou a Deliberação nº 548/08 suspendendo temporariamente o rodízio de auditores independentes nas empresas de capital aberto. Boa parte dessas companhias deveria fazer a troca de auditores em maio de 2009. O motivo, segundo a CVM, foi a Lei nº 1.638/07, de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários, a Lei determina que as normas contábeis emitidas pela CVM deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (os IRFS - International Financial Reporting Standards), adotados nos principais mercados de valores mobiliários, estimando-se que o processo de convergência das normas contábeis deverá ocorrer até o fim do exercício social de 2011. Dessa forma, a CVM permitiu que as companhias abertas permanecessem com os auditores atuais até o término do exercício social de 2011, "para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social de 2010, com o intuito de mitigar os impactos decorrentes desse processo de adaptação às novas normas contábeis e contribuir para a estabilidade nesse cenário de mudanças".

A Deliberação da CVM foi bem recebida pelas entidades que são abertamente contra o rodízio. Para o presidente da Abrasca, a manutenção do rodízio obrigatório poderia representar uma instabilidade indesejada nesse período. "A Deliberação surgiu num momento oportuno para as empresas, em que pese o grande esforço de todos em prol da convergência com as normas contábeis internacionais no modelo IRFS", afirma Castro. Para o Ibracon, a Deliberação coloca em destaque o risco da rotação de firmas de auditoria. O rodízio, segundo a diretora de assuntos técnicos do Instituto, Ana Maria Elorrieta, leva à perda do conhecimento acumulado, neste caso particular aplicado à mudança de práticas contábeis: "Entendemos a sensibilidade da CVM em se preocupar com esta questão, porém este risco ocorre a cada dia".

A suspensão do rodízio para companhias abertas não significa, no entanto, o fim do sistema de rodízio para auditorias. A CVM reafirma que não está inclinada a acabar com a obrigatoriedade do rodízio de firmas, uma vez que o estudo da PUC-Rio evidenciou a efetividade do mesmo. Admite, porém, que avaliará oportunamente aprimoramentos eventuais às regras existentes.

Concentração no Mercado de Auditoria - Toda a Amostra - Número de Clientes



Fonte: Relatório Final do Estudo sobre a Avaliação da Rotatividade dos Auditores Independentes - PUC-RJ, abril/2008.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prefeito: Cesar Maia

Controladoria Geral do Município
Controlador Geral: Lino Martins da Silva
Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Karen Candido

Versão Digital: Eduardo Derbli

Ilustração: Zope

Versão Online: Renato Gomes